

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS PRÁTICAS MUSICAIS DO JARDIM DA INFÂNCIA – PRESCRIÇÕES, ORIENTAÇÕES E O ENSINO DA MÚSICA NO CURRÍCULO DAS ESCOLAS NORMAIS DE SÃO PAULO, NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

Vera Lúcia Gomes Jardim - PUC/SP

2. História da profissão docente e das instituições escolares

O presente estudo objetiva caracterizar as práticas musicais desenvolvidas nas instituições públicas de ensino em São Paulo, prioritariamente, aquelas prescritas para o Jardim da Infância, cujas atividades iniciaram em 1896; bem como elucidar os requisitos e exigências para a formação dos professores que teriam a incumbência de conduzir e executar tais práticas.

A música é de suma importância na pedagogia Fröebel – filosofia que constituía a linha mestra da implantação dos Jardins da Infância – e consiste de um conjunto de conhecimentos específicos e especializados, para o qual o professor deveria habilitar-se.

Cabe lembrar que a Música foi instituída como matéria escolar, e incluída pela primeira vez no currículo da Escola Normal de São Paulo, pela Reforma de 1890, para garantir a integralidade dos estudos, e como processo de reprodução do pensamento e da expressão dos sentidos. Esse novo conceito de aquisição do conhecimento vinculava-se à necessidade da formação de um novo homem, que a República precisava e tencionava criar para restabelecer a sociedade, reorganizar o país e o recolocar no caminho da modernidade; e, para o preparo profissional do professor, que, com a Música, acrescia à sua formação um novo conjunto de saberes que seriam propagados por meio de sua ação educativa, visto constar das atividades do Jardim da Infância, e também, como matéria da iniciação escolar, no 1º grau (Cf. Jardim 2003).

A relevância de estudarmos o processo da formação dos professores, na perspectiva da implantação do projeto pedagógico republicano, encontra subsídios nas proposições de Nóvoa (1995), bem como nos estudos de Chervel (1990), Goodson (1995), Viñao Frago (1997), Julia (2001) que nos permitem compreender as relações entre as várias concepções educacionais que dão origem a políticas e programas educacionais, e como elas são concretizadas nas práticas de ensino.

A análise central privilegiou a *Revista do Jardim da Infância*, cuja publicação iniciou-se em 1896, com auxílio do Governo do Estado, que objetivava divulgar os processos de ensino empregados nos jardins, publicar traduções das obras estrangeiras que constituíam o material de apoio ao trabalho didático, os programas de ensino, coletâneas de músicas, com letras e partituras, marchas e jogos com acompanhamento musical, que foram gravadas para permitir o registro das músicas de forma acessível a todos os que não dominam o código da escrita musical.

Para uma visão ampliada sobre o tema, articularam-se outras fontes, como a legislação do período, o currículo das Escolas Normais, os programas e as orientações de ensino dos jardins, relatórios, que além de corroborarem a importância destas fontes para os estudos da História da Educação (Nóvoa, 1993 e Catani e Sousa, 1999) permitiram evidenciar uma forma diversa da utilização da música no contexto escolar: não como uma disciplina escolar, mas como estratégia de ensino para fixar noções de socialização e de higiene, dos tempos escolares, dos conteúdos.

A idéia de incluir a música como conhecimento necessário para a educação integral da criança já constava na proposta para a *Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública* formulada por Rui Barbosa (1946), em 1883, e, com o intuito de “cultivar e disciplinar as faculdades morais e intelectuais” indicava o canto, a música e coros para o jardim das crianças, para as escolas primárias elementares, escolas primárias médias e escolas primárias superiores. Para instruir adequadamente os responsáveis pela execução destas propostas, Rui Barbosa organizou um programa de quatro anos para as Escolas Normais Primárias que incluía Pedagogia Geral, Método Fröebel, Aritmética, Geometria e no caso específico da Música, discriminava a Música Vocal, Leitura de Música, Noções essenciais de Teoria, Prática de Violino, para os homens, e Harmônio para as mulheres.

Apesar do grande empenho de Rui Barbosa em sensibilizar o parlamento brasileiro para a importância da implantação do Kindergarten no Brasil, apresentando um estudo minucioso sobre os jardins froebelianos, somente no período republicano este ato consumou-se (Cf. Kishimoto, 1988).

Ainda assim, a pedagogia fröebeliana deu as bases filosóficas e metodológicas para a implantação da primeira instituição pública do gênero no Brasil, o “Jardim da Infância anexo à Escola Normal de São Paulo” em 1896, sendo o método fröebeliano usado como prática oficial do Jardim (Guimarães, 1999).

Alguns pontos de destaque na pedagogia fröebeliana, expressos na obra *A educação do Homem* (Fröebel, 1913), referem-se a sua concepção do ser humano como um ser dinâmico, ativo e produtivo, e não apenas receptivo, que desenvolve a condição humana conscientemente em harmonia com a natureza e a sociedade, integrando a evolução individual à universal. Advém desta concepção o princípio de que o objetivo do ensino deveria extrair mais do homem e, portanto, para que o desenvolvimento fosse verdadeiro, deveria basear-se nos interesses de cada fase da criança, nas suas atividades espontâneas, respeitando a maturidade constante na sua evolução natural.

A sistematização das idéias de Fröebel, e também de Pestalozzi, que gestadas no Império, tomaram forma e implantação na reforma educacional da República, encontraram na música uma das áreas de conhecimento que sintetizava os princípios necessários para a aplicação destas novas filosofias. Apropriando-se dessas teorias e filosofias presentes nos debates sobre a educação brasileira e que se apresentavam no momento difundidas entre a Europa e Estados Unidos, os gestores da instrução pública republicana aplicaram-nas numa proposta educacional, ao organizarem as reformas educacionais em São Paulo, implantadas pelo decreto n.º 27 de 12 de março, que previa a reforma da Escola Normal em 1890 ¹.

A Música foi incluída no currículo da Escola Normal para, ao lado de outras disciplinas, garantir a integralidade dos estudos, e pela possibilidade da prática musical permitir a sensibilização do espírito, o exercício do raciocínio e a experiência do corpo em conexão com o espírito, ou seja o desenvolvimento espiritual, o desenvolvimento físico e o desenvolvimento intelectual.

No decreto de 1890 ficava estabelecido que o curso da Escola Normal compreendia a matéria Música, e que, além do ensino das matérias das respectivas cadeiras, o ensino normal seria completado pelas seguintes aulas: música, solfejo e canto coral. Essas aulas seriam ministradas por um professor de Música contratado pelo governo, mediante proposta do Diretor da escola. A propagação desse conhecimento que integrava a disciplina Música, de acordo com a determinação do decreto acima, da mesma forma que a idealizada por Rui Barbosa, caberia ao normalista, que depois de formado, além das disciplinas habituais, ministraria, também, as aulas de Canto Coral para o 1º grau (7 a 10

¹ Lançando mão dos recursos normativos para a efetivação destas idéias, Rangel Pestana inicia a Reforma da Instrução Pública da Província de São Paulo, que incluía várias matérias para as escolas de primeiras letras, entre elas, canto coral, pela Lei n.º 81 de 06 de abril de 1887. Entretanto, segundo Hilsdorf (1997) na prática isso não ocorreu, funcionando apenas o ensino de leitura, escrita e cálculo. Contudo, a tendência para inovar o ensino por meio do conhecimento intuitivo foi divulgada e difundida, sobretudo, pela tradução da obra de Calkins por Rui Barbosa (1950), cujo processo metodológico era adquirir as noções sobre os fenômenos pelos sentidos, constituindo propriamente a *Lição das coisas*.

anos) das escolas Modelo², e estaria preparado para executar musicalmente as atividades realizadas nos jardins. Concebia-se, assim, o perfil de um professor que acrescia à sua formação um novo conjunto de conhecimentos e que recebia a atribuição, mediante tal capacitação, de iniciar os alunos, das classes preliminares, na linguagem e no fazer musical.

Para completar o ciclo de escolarização proposto pela reforma republicana, laica e gratuita, e aumentar o acesso à educação desde a primeira infância ao curso superior, foi criado, pelo Decreto n. 342, de 03 de março de 1894, o Jardim da Infância anexo à Escola Normal da Capital, tendo iniciado suas atividades em 18 de março de 1896.

As atividades do Jardim da Infância e o provimento de pessoal foram determinados no Regulamento da Escola Normal; e outras providências demandaram ações para a construção do prédio e a provisão dos materiais necessários para a implantação do Jardim, que não serão aqui relatados por não constituírem objeto deste estudo. No que se refere às atividades musicais, podemos verificar a observância dos preceitos contidos no *Paradize of Childhood*, de Edwar Wiebé, traduzido, com adaptações, por Gabriel Prestes, cuja obra serviu de inspiração para a proposta de implantação dos jardins, em São Paulo.

A *Revista do Jardim da Infância*, com circulação iniciada em 1896 e publicada com auxílio do governo do Estado de São Paulo, serviu de veículo para fazer circular as adaptações e prescrições para os jardins paulistas e para a difusão dos processos adotados nos jardins de outros países, principalmente nos EUA.

A revista trazia os programas, horários e a descrição dos materiais e atividades que deveriam ser desenvolvidas, como também as partituras das músicas que deveriam ser utilizadas.

A música na pedagogia Fröebel assume feição especial de mediar todas as atividades educacionais, principalmente nos Kindergartens, já que acompanhava, praticamente, todos os jogos e ocupações, em processos imitativos (corporais ou vocais) ou indicativos de movimentos e gesticulações, evoluções, posições e direções. Eram propostas para exercitar, na criança, seus membros e sentidos, de maneira lúdica, visto que as percepções físicas e sensoriais, na perspectiva froebeliana, são pontos de partida para o conhecimento. Fröebel deu a denominação de jogos a todas as ocupações dos jardins, e de dons ou dádivas ao material empregado em tais ocupações. Gabriel Prestes, no Guia para

²Para obter informações dos detalhamentos do programa de música para os cursos preliminares e complementares das escolas públicas de São Paulo, conferir a pesquisa de mestrado “OS SONS DA REPÚBLICA” *O ensino da Música nas Escolas Públicas de São Paulo na Primeira República - 1889 -1930* (JARDIM, 2003). *op.cit.*

as Jardineiras, publicado na *Revista do Jardim da Infância* (I volume, 1896), assim exemplifica o papel da música e dos brinquedos:

É preciso que o Jardim da Infância atraia as crianças. [...] E como desempenhar essa missão, sem inspirar o tédio que mata o que devia germinar? É desenvolver natural e sensivelmente os sentimentos nobres, que apenas começam a se desenvolver e formar o espírito que desponta. O poder que exerce a música prova-o a história, provam-no os fatos cotidianos. Não menos poder têm os brinquedos tanto mais que a maior parte das vezes é ele acompanhado pela música – dois fatores que atuam (pp. 253 e 254).

Para organizar os trabalhos do Jardim, Rozina Soares³ e Zalina Rolim⁴, traduziram e adaptaram, respectivamente do alemão e do inglês, as músicas que deveriam acompanhar a ginástica, brinquedos, cantos e hinos, de parte das obras estrangeiras do *Die Bewegungsspiele und Lieder des Fröbel'schen Kindergartens*, de Friedrich Seidel, e *Music for the Kinder-Garten*, de Eleonore Meevert.

Para que os jogos e ocupações fossem acompanhados de música ou canto, era necessária a aquisição de um piano, como requisito fundamental para a instalação do Jardim, de acordo com *Paradize of Childhood*, para as práticas de ginástica e exercícios de música. Inicialmente, de acordo com as registros do *Livro de Materiaes do Jardim da Infância*, foi adquirido um *harmonium*⁵, logo depois, um piano.

É provável que a aquisição do harmônio tenha relação com a escolha e adoção de método *Tonic Sol-fa*⁶ para os alunos das classes do 3.º Período, do Jardim. Este método de origem inglesa, ligado às tradições protestantes, preconizava o uso de tal instrumento musical. Hilsdorf (1997) afirma que as escolas de profissão protestante que se instalaram em São Paulo no final do século XIX inspiraram ações políticas que desencadearam as reformas da instrução pública, por representar os ideais democráticos e liberais, pela utilização de métodos modernos e pelo exemplo de condução da sociedade às conquistas da modernidade. Nota-se, também, a estreita ligação entre as lideranças políticas paulistas e os líderes educacionais/religiosos dos “colégios americanos”, que chegaram a participar

³ Inspetora da Escola Modelo

⁴ Poetisa, e auxiliar da inspetora do Jardim da Infância.

⁵ De acordo com *Grove Dictionary* (1980), o Harmônio é um instrumento musical surgido no séc. XVIII para igrejas de pequeno volume, e ao contrário dos órgãos, são desprovidos de tubos. A sua sonoridade tipicamente religiosa, assemelha-se a do órgão, e pelo custo relativamente baixo foi largamente utilizado. Para vibrar as palhetas e produzir o som, o executante inflava um fole manobrado por pedais.

⁶ O método *Tonic Sol-fa* difundido nas escolas americanas, foi desenvolvido pela inglesa Sarah Ann Glover nas escolas dominicais de Norwich aprimorado por Curwen, reverendo inglês que, conhecendo o trabalho de Glover, organizou-o e difundiu-o entre as escolas dominicais. Foi introduzido pela educadora norte-americana miss Márcia P. Browne nas escolas modelo, indicado para o 1.º ano do curso preliminar, contudo

pessoalmente, ocupando cargos e direção nas instituições educacionais públicas, de maneira a levarem a efeito as reformas pretendidas. Considere-se, ainda, que a opção por um método de ensino musical não consta das formulações de Fröebel, visto não propor o ensino da Música, mas estimular pela sensibilização que a música promove, a experiência física que influi no espiritual por meio dos sentidos. A menção ao *Tonic Sol-fa* só foi encontrada no I volume da *Revista do Jardim da Infância*, de 1986.

De acordo com o programa de atividades do Jardim, além de seus tempos delimitados, a Música delimitava, também, os tempos escolares. Em outras palavras, os horários específicos para as atividades da Música eram demarcados nos inícios e fim dos períodos de aula, com cantos de saudações e despedidas, e exercícios de canto em conjunto e marchas; além de alguns momentos especiais voltados para ensaios.

Para as outras atividades, os trabalhos eram divididos em intervalos de 10 a 15 minutos para os exercícios, e eram entremeados por atividades de canto ou marcha que demarcavam as mudanças de atividade. E embora o revezamento das atividades, as mudanças temáticas, a participação ativa das crianças, sugira uma dinâmica pouco usual para os padrões escolares vigentes, como o modelo tradicional que a proposta de modernização metodológica republicana, justamente, se opunha, nem por isso eram inexistentes os mecanismos de controle e de imposição de padrões e inculcação de conceitos, evidentes nos conteúdos das músicas:

O nosso Jardim da Infância é bonito, grato e ledó
Doce é toda a vigilância, todo o trabalho é folguedo
Vivamos todos contentes. Sejamos obedientes. (Cantos para Entrada⁷, n. 7)

Finda a hora dos folguedos vamos para o materno lar
Dóceis, bons, ativos, ledos, a mamãezinha beijar
Boas mestras, vossas falas, vão aqui no coração
Elas são flores e galas que vossos lábios nos dão (Despedida, música 360)

Para as ocupações eram indicadas músicas que acompanhavam as atividades das crianças que seriam realizadas no papel, nas colagens, nos alinhavos, ou tarefas que deveriam ser feitas com as crianças sentadas. A música imprimia na atividade, pelo ritmo, a noção do movimento, o controle do movimento de todos os alunos pela marcação musical, inculcava a seqüência do movimento realizado, habituando as crianças aos

não alcançou êxito, recebendo críticas dos intelectuais paulistas envolvidos com as questões da música na Instrução Pública, durante a Primeira República..

⁷ Todas as músicas aqui apresentadas compõem as coletâneas de músicas publicadas na *Revista do Jardim da Infância*, de 1986 – I Volume, *op cit.*

movimentos ritmados; e pela repetição da música, reforçava os conceitos trabalhados (forma, cor, direção, etc.).

Baloçar, baloçar gentis bolinhas. Ora a esquerda, ora a direita

Ao exemplo do pêndulo mansinho, seja a tarefa bem feita (Cantos, p 156)

Os recursos musicais eram usados para sugerir saltos, movimentos rápidos ou lentos, sensações de alegria ou suavidade e alternavam, aquelas atividades que deveriam ser realizadas com as crianças sentadas, com os *jogos de ação*, isto é, aquelas em que as crianças eram levadas pelo estímulo musical a expressar com o corpo, com ginástica facial, exercícios vocais, imitações do vôo dos pássaros, movimentos de trabalhos específicos como semear, lavrar a terra, entre outros, de acordo com o conteúdo e objetivo proposto pelo exercício em questão.

Os cantos utilizados se apresentam em tonalidades diversas com pequena extensão vocal, compostas com frases curtas (períodos em torno de quatro compassos). São extremamente simples, melodicamente, e muito fáceis; revelam, assim, maior ênfase na propriedade da música em servir de guia e dar a medida do movimento, do que propriamente na questão musical. Reiteram estas observações a tradução, feita por Zalina Rolim, dos princípios de Fröebel, de Barard, *Kindergarten and Child Culture*, publicada na *Revista do Jardim da Infância*, de 1897: “Os brinquedos e cantos, aparentemente insignificantes, imaginados para divertimento das crianças, são bastante fáceis para que as moças [as professoras denominadas “jardineiras”] mesmo as de pouca instrução os possam executar” (p. 185).

Entretanto, se o conteúdo musical realizado, na forma do canto em conjunto pelas crianças, era simples, os requisitos para executar e acompanhar ao piano eram mais elaborados, exigindo do executante um conhecimento e uma técnica mais apurados. O programa de música, no currículo das escolas normais responsáveis pela formação dos professores, sofreu alterações sucessivas desde a sua implantação. Verifica-se, pela legislação do período, o seu constante apuro e aprofundamento, que pode ser observado pelo fato da disciplina permanecer durante toda a duração do curso (4 anos), pelo aumento da carga horária, pelo aprofundamento do programa e pela forma de sua avaliação estabelecida, pela qual a matéria teria prova oral e escrita para os exames de suficiência, determinados na lei n.º 1311, de 02 de janeiro de 1912, que aprovava o regulamento das Escolas Normais Primárias; e também, na determinação da lei n.º 1579, de 19 de dezembro de 1917, que incluía nos exames de admissão para os cursos complementares questões para a prova de Música, como requisito para o ingresso nos cursos complementares, quando

estes asseguraram o direito de habilitar professores para suprir a demanda das escolas públicas. Mesmo assim, os programas não incluíam o estudo específico do domínio técnico instrumental, no caso, a utilização do piano, como havia sido feito na proposta de Rui Barbosa, que era requisito imprescindível para o desenvolvimento e apoio das atividades.

As primeiras jardineiras contratadas para trabalhar no Jardim, de acordo com a documentação analisada, tinham formação musical e experiência na execução de instrumentos como o harmônio e o piano. Nas outras contratações que se seguiram não foi possível averiguar este quesito.

O que se pode inferir é que a implantação dos jardins, de acordo com as suas proposições, partia, então, da premissa que seus professores adquirissem parte dos requisitos necessários para o exercício profissional fora dos centros de formação oferecidos pelo Estado, que eram as escolas normais, centros de formação profissional.

Quanto ao desenvolvimento das atividades musicais, observando os princípios de Fröebel, ressaltamos que a música e o canto têm grande relevância, contudo não é objeto de ensino, mas praticada naturalmente para proporcionar a experiência física do ritmo, a ordenação dos movimentos corporais liberando a criança para expressar suas representações internas (Cf. Fröebel, 1913).

Mais forte que o conteúdo musical é o conteúdo expresso nas letras das músicas, que procuravam indicar e inculcar hábitos e comportamentos determinados, reforçar conceitos e definições pela repetição dos cantos, que eram de fácil reprodução, e garantir a ordem e a disciplina. Dessa forma, podemos inferir que a Música era utilizada como um recurso para se atingir um outro objetivo educacional que não o aprendizado da música em foco ou um conteúdo que lhe é intrínseco, mas, induzida por ela ou com o seu apoio, garantir a sensação da harmonia, a impressão do ritmo, proporcionando a sensibilidade física e emocional ao mesmo tempo que transmitia conteúdos diversos, estes, sim, objetos do ensino.

A Música era usada como estratégia para fixar noções de socialização – com os cantos de chegada, de saída, de saudações – de higiene, dos tempos escolares, da fixação de conteúdos – das estações do ano, formas geométricas – e além dos períodos à ela destinada, acompanhava, praticamente, todas as atividades e jogos.

Portanto, pode-se constatar que as práticas musicais prescritas para o Jardim da Infância não constituíam um conjunto de procedimentos que as caracterizasse como uma disciplina escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Rui. 1946. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da Instrução Pública. In: *Obras completas de Rui Barbosa*. Vol. X 1883. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde.
- _____. 1950. Lições das Coisas. In: *Obras completas de Rui Barbosa*. Vol. XIII.1886. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde.
- CATANI, Denice B & SOUSA Cynthia P. (Org.).1999. *Catálogo da Imprensa Periódica Educacional Paulista (1890-1996)*. São Paulo: Plêiade
- CHERVEL, André. 1990.História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa .*Teoria & Educação*, n.º 2. Porto Alegre.
- Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo*. 1890 - 1930.
- FRÖEBEL, Friedrich. 1913. *A educação do homem*. Madri: Daniel Jorro, editor
- GOODSON, Igor F.1995. *Historia del currículum - la construcción social d e las disciplinas escolares*. Barcelona: Pomares-Corredor
- Grove dictionary of music and musicians*. 1980. London: Macmillan Publishers
- GUIMARÃES, Giovanni Horácio.1999. *Canto e ocupação no Jardim da Infância Anexo à Escola Normal de São Paulo nas Primeiras décadas da República*. Dissertação de Mestrado em História da Educação. PUC-SP
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. 1977. *Escolas Americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens*. FEUSP: Dissertação de Mestrado.
- JARDIM, Vera L. G. 2003. *Os sons da República. O ensino da música nas escolas públicas de São Paulo na Primeira República - 1889 - 1930*. Dissertação de Mestrado. PUC – SP
- JULIA, Dominique. 2001.A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História e Educação*. Campinas, SP, nº1, jan/jun.
- KISHIMOTO, Tisuko Morchida. 1988. *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Edições Loyola
- NÓVOA, Antonio.1993. *A Imprensa de educação e ensino: repertório analítico (séculos XIX-XX)* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

_____ (org.).1995. *Profissão Professor*. Coleção Ciências da Educação, 3.
Porto: Porto Ed.

Revista do Jardim da Infância. 1896. São Paulo: Tipografia a vapor Espindola, Siqueira e
Com., Volume I

_____ . 1897. São Paulo: Tipografia a vapor Espindola, Siqueira e
Com., Volume II

VIÑAO FRAGO, Antonio. 1997. Las instituciones y culturas escolares en su perspectiva
socio-histórica: tradiciones y cambios. In: ENGUITA, Mariano (cord).
Sociologia de las instituciones de educacion secundaria. Barcelona: Editorial
Horsori.